5

Considerações finais e alguma conclusão

Todas as coisas de que falo são de carne
Como o verão e o salário,
Mortalmente inseridas no tempo,
Estão dispersas como o ar
No mercado, nas oficinas,
Nas ruas, nos hotéis de viagem.
(Ferreira Gullar, *Coisas da terra*).

Por decisão da XIII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, (Santa Cruz de la Serra, Bolívia, 14 e 15 de novembro de 2003), o ano de 2005 foi proclamado como o Ano Ibero-americano da Leitura. Referendando tal decisão, no Brasil, com a denominação de *VivaLeitura*³⁰⁷, foi realizado uma série de eventos em torno do livro e da leitura.

Toda esta movimentação, de acordo com o representante da Organização dos Estados Ibero-americanos (OIE) no Brasil, Daniel Gonzales, apontaria uma maior preocupação com a leitura, uma vez que, nos últimos anos, “de um assunto da elite cultural (o livro) ou uma responsabilidade da escola (a habilidade leitora), vamos mudando para uma visão mais profunda”³⁰⁸. De fato, pelo menos no Brasil, o livro tem sido associado aos meios intelectualizados, cabendo à escola a tarefa de, entre outras, ensinar a ler e escrever. Mas o que seria esta “visão mais profunda” que, hoje, se estaria processando? O próprio representante da OIE responde a esta indagação.

Sem leitura não há cidadania, não é possível consolidar o capital social, dialogar com outras experiências no espaço global. O livro é a forma básica de expressão da identidade dos povos, da acumulação de uma parte importante dos conhecimentos e das experiências. Embora, atualmente, tenha perdido o monopólio que manteve até há poucas décadas como veículo de textos escritos, ele ainda é imprescindível como instrumento que garante a coesão social.³⁰⁹

³⁰⁷Nos demais países membros da OIE, adotou-se a denominação *Ilímita*.

³⁰⁸GONZÁLES, Daneil. “Prefácio”. In: AMORIM, Galeno (org). *Políticas Públicas do livro e da leitura*. Brasília, OIE & São Paulo, Cultura Acadêmica, 2005, p.08.

³⁰⁹Idem.

O texto citado faz parte de uma publicação que reúne as propostas de políticas públicas voltadas para o livro e para o incentivo do hábito de leitura de quatro candidaturas ao governo brasileiro nas eleições de 2006. No todo, trata-se de libelo de boas intenções:

(...) não há política substantiva para o livro e para a leitura sem um projeto global e alternativo de sociedade³¹⁰.

(...) O estímulo à leitura é uma exigência moral, tanto quanto é a eliminação do analfabetismo, tanto quanto foi a Abolição da Escravidão.³¹¹

(...) O acesso ao livro e a preparação de uma sociedade de leitores é, com toda a certeza, mais um instrumento de inclusão econômica, social e política de dezenas de milhões de brasileiros³¹².

(...) cabe às escolas fazer que seus alunos entrem em contato com maior variedade de gêneros textuais³¹³.

A mesma publicação traz, ainda, um resumo do que foi o *VivaLeitura*, num artigo intitulado “Ano ibero-americano, o ano que não deve acabar”³¹⁴.

Certamente, boas intenções são importantes e elas pululam em toda história brasileira: gestos trágicos também. Sendo assim, lembrei-me de Walter Benjamim e procurei rever alguns momentos desta história, não com a intenção de reconstruí-la, mas tentando perceber o que, no momento presente, dela permanece e até que ponto caminhamos para uma “visão mais profunda” do livro, da leitura e do leitor:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela lampeja no momento de um perigo³¹⁵.

Pretendi observar o impacto causado pelo início das atividades impressoras, em 1808, sua contribuição nos acontecimentos que resultaram na Independência de 1822 e no projeto de consolidação de uma nação soberana.

³¹⁰ALENCAR, Chico (representando o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL). “Um povo de leitores” p. 31-37.

³¹¹BUARQUE, Cristovam (representando o Partido Democrático Trabalhista – PDT). “Caminho mágico”, p. 39-44.

³¹²Piva, Glauber e Pereira, Hamilton (representando o Partido dos Trabalhadores – PT). “Um Estado de palavra”, p. 45-51.

³¹³Castro, Maria Helena Guimarães (representando o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB). “Pela formação de leitores”, p. 53-61.

³¹⁴CASTILHO, de José Castilho Marques, p.19-29.

³¹⁵BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: *Magia e técnica, arte e política*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 224.

Além disso, me detive no processo de formação de um mercado de livros e jornais e no aparecimento do leitor moderno, a partir de 1850. Depois disso, procurei compreender as iniciativas do editor Monteiro Lobato, na década de 1920 e, em seguida, as contradições de um ambiente cultural que iria se desenvolver, durante o período de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde do Governo do presidente Getúlio Vargas. Em poucas palavras, eis o que me propus, com maior ou menor “profundidade”.

Nesta trajetória, não me foi possível estabelecer, no entanto, uma cronologia que indique quando esta ou aquela visão do leitor, da leitura e do livro foi mais ou menos “profunda”. Talvez porque não tenha sido esta minha preocupação. Talvez porque puderam conviver, se contraporem ou se completarem visões mais ou menos “profundas”. Talvez porque “assunto da elite cultural”, “responsabilidade da escola”, “cidadania”, “capital social”, “identidade dos povos”, “acumulação de experiências e conhecimentos”, “convivência com outros meios”, com maior ou menor ênfase ou “profundidade” neste ou naquele item, têm sido recorrentes, no Brasil, desde, pelo menos, a *Carta Régia* de D. João VI que autorizou a instalação dos primeiros prelos, em 1808.

São momentos que se sucedem ou se alternam, de forma descontínua e difusa, com avanços e retrocessos, com maior ou menor ênfase neste ou naquele aspecto. Debalde outras formas de expressão e de produção de discursos, à escrita, sobretudo à escrita impressa, caberia formar uma elite dirigente, organizar a sociedade, garantir a soberania nacional, educar o corpo e a mente para as atividades produtivas, entre outras. Enquanto isso, a música, a dança, a voz e as imagens puderam gozar da liberdade de servirem à diversão, ao ócio e ao prazer.

Da mesma forma, no Brasil, têm sido apontadas diversas razões para os baixos índices de leitura e, no mesmo compasso, são sugeridas soluções que vão desde a alfabetização em massa ao subsídio ou patrocínio a autores, editores e livreiros, incluindo instalação de bibliotecas, compras governamentais de acervos bibliográficos, sobretudo “livros didáticos”, e até obrigatoriedade da leitura escolar. Analisar cada uma destas “soluções” ultrapassaria em muito os objetivos desta dissertação, igualmente seria, tão somente, propor mais uma nova solução remediadora. Pretendi, tão somente, tentar perceber que leitor é esse que, em repetidas vezes, tem sido aclamado ou reclamado. Que visão é esta que seria mais “profunda”.

No Brasil colonial, ao longo de mais de 300 anos, a escassez de leitores teria sido consequência da ausência de prelos e de uma população apartada da civilização. À parte isso, principalmente na segunda metade do século XVIII, teria se formado, fora do ambiente eclesial, um corpo de leitores eruditos, tradicionais ou graves que pretendiam para si a tarefa de trazer para os trópicos as Luzes e Razão que guiavam a Europa. Depois da *Impressão Régia* e, principalmente com o fim da censura e do monopólio dos serviços gráficos, em 1820, a precariedade do mercado de bens simbólicos, sobretudo livros e jornais, teria impedido uma maior circulação da escrita impressa. Em grande medida, durante todo o século XIX, no Brasil, foram os “homens de letras”, os profissionais da escrita que atuavam nos jornais e nos livros que teriam tomado para si a “missão” de constituir e moldar um público leitor. A partir de 1850, adveio a popularização dos folhetins – muitos deles importados – e, depois, durante a década de 1880, um mercado popular de livros. Expandia-se um tipo de leitura que seria motivo de críticas por parte do leitor tradicional, do homem erudito, do leitor grave. A leitura “frívola”, como “mero passatempo” seria um desvio das nobres tarefas da escrita. Ao lado disso, um imenso número dizia de uma população iletrada e que a escrita não se difundia por que os indivíduos não sabiam ler. Os leitores, além do gosto duvidoso, eram poucos: “dez? Talvez cinco” – diria Machado de Assis.

Já no século XX, depois de 1920, inicia-se um esforço para reverter os índices de analfabetismo, até então, visto como “grande problema”. Tal esforço, a despeito de, em grande dose, ter sido motivado por pretensões de garantir redutos eleitorais (o analfabeto não votava), mobilizou estudiosos que passaram a se dedicar à reforma e à ampliação do ensino formal. De um lado preocupava-se com “essa gente que aprende a ler por aí, à toa”. De outro, havia uma certeza de que o país ocupava um território rico e fértil, seus habitantes é que desconheciam esta riqueza e não sabiam aproveitá-la.

Durante o Ministério Capanema, 1934 a 1945, as ações que emergiram do confronto entre grupos de concepções e vocações diversas, em certa medida, alcançaram algum êxito, ao contemplarem, ao menos em parte e em doses distintas, as demandas dos ideólogos da *Escola Nova*, da Igreja Católica e da burguesia industrial emergente. Neste sentido, ao fim do primeiro período de Getúlio Vargas à frente da Presidência da República, havia se constituído um conjunto de aparelhos (principalmente, escolas de todos os níveis e bibliotecas

públicas) que, ao lado dos já existentes (editoras e pontos de vendas de livros e jornais) pretendiam dar maior dimensão a palavra escrita e, com isso, ampliar o número leitores.

Em resumo, foram estes os momentos a que me ative. Busquei perceber as distinções entre os modelos de leitor que se procurou imprimir e, ao mesmo tempo, os desafios enfrentados, face às condições objetivas que definiam urgências e prioridades. Se for possível alguma conclusão, destacaria a persistência de uma classificação de leitores traduzida em uma classificação de indivíduos e de níveis de cidadania, estabelecendo lugares na hierarquia social. Haveria um “leitor grave”, erudito, mais afeito aos apostolados, e um outro “frívolo”, popular, para quem ler seria mero passatempo. Aquém destes, haveria, ainda, a massa iletrada ou sem qualquer intimidade com os textos escritos, um tipo de receptor capaz somente da percepção auditiva e visual. Ao lado da posse de capital material, o capital simbólico acumulado pelos indivíduos, suas aptidões, adquiridas a partir de práticas de lidar com os discursos e com os instrumentos que o fazem circular, também se tornaram definidores do lugar de cada indivíduo e, por conseguinte, da divisão social do trabalho e da partilha dos bens resultantes deste trabalho.

Numa organização social voltada para a produção econômica, haveria uma distinção a partir de certas prerrogativas e expectativas, delegando a uns o exercício das atividades intelectuais e imaginativas; enquanto, de outros, se exigiria, apenas a tração do corpo. Para os primeiros, saber ler e escrever seria indispensável à gestão dos negócios públicos e privados, uma ferramenta de produção e de difusão da ciência, da técnica, da arte, da burocracia, da lei e da ordem. Quanto aos demais, poderiam permanecer iletrados ou precariamente alfabetizados, uma vez que suas tarefas, consideradas menores, não requereriam maiores especializações.

A década de 1930 apresentou outros desafios à escrita impressa. Não somente as restrições do mercado e o analfabetismo impediam a constituição de um amplo público leitor. Ao lado da arquitetura monumental, da música e dos cânticos, da dança, dos grandes painéis, das ilustrações em geral, a popularização do rádio e do cinema representava mais que uma ameaça. Com o rádio e o cinema, a oralidade e as imagens adquiriram uma possibilidade de difusão de proporções que se ampliariam, ainda mais, nos últimos 30 ou 40 anos, com a incorporação de

novas tecnologias, sobretudo, a televisão a cores e os meios eletrônicos. Logo ganharia relevância uma clivagem: os veículos de conteúdos audiovisuais (os meios de comunicação de massa) fariam circular os passatempos e apologias e teriam como receptores os indivíduos e grupos desprovidos de capital simbólico, sobretudo os iletrados ou os precariamente alfabetizados. A escrita impressa, sobretudo a dos livros, estaria prioritariamente reservada à elite intelectualizada.

Em 2008, o Brasil estará completando 200 anos desde que o invento de Gutenberg aportou no Rio de Janeiro, 200 anos de atividade de impressão, 200 anos desde que o primeiro jornal e o primeiro livro foram impressos no país³¹⁶. Sem dúvida, são motivos para serem comemorados. Há, no entanto, alguns números que, se não ofuscam de todo tal acontecimento, têm causado, nestes 200 anos, muitas preocupações, sobretudo, aos que apostam na escrita impressa como “instrumento fundamental, prioritário ou auxiliar da difusão do conhecimento e da informação, do fortalecimento da interação social e da participação política e do desenvolvimento econômico”. Estes números dizem que, embora a alfabetização atinja, hoje, quase a totalidade da população acima dos seis anos de idade, apenas 25% desde universo estão habilitados a ler com alguma desenvoltura. Os números dizem ainda que os estudantes, ao fim do ciclo básico escolar, ocupam os últimos lugares nas avaliações internacionais sobre compreensão de um texto escrito.

Os números também são bastante inexatos quando a questão é saber da quantidade de livrarias, de bibliotecas – seus acervos e distribuição pelo território nacional – e, das estratégias que os indivíduos utilizam para ter acesso à escrita impressa. Apesar de toda imprecisão, no entanto, estes números e, além deles, os recorrentes discursos que, nestes 200 anos, denunciam o estado de penúria da escrita indicam que o Brasil está longe de poder ser considerado um país de leitores.

Reforçando esta convicção, outros números poderiam ser citados. Pesquisa promovida pelo SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros e pela CBL – Câmara Brasileira do Livro³¹⁷ informa que apenas 20% da população alfabetizada com mais de 14 anos compram, pelo menos, 1 livro/ ano, resultando numa taxa de

³¹⁶Ressalvada a iniciativa efêmera de Antônio Isidoro da Fonseca, em 1747. Sobre a isso ver p. 57 a 65.

³¹⁷De acordo com a pesquisa Retrato da Leitura no Brasil, realizada entre os dias 10 e 25 de dezembro de 2001. (Fonte: SNEL/CBL).

1,8 livro lido por ano: na Colômbia a média seria de 2,4 livros; nos EUA, cinco; na França sete. Além disso, 26% dos entrevistados afirmaram que só lêem por motivo de trabalho, 28% por causa dos estudos e 23% confessaram que jamais leram espontaneamente. Talvez falte exatidão, mas quando se trata de posse de livros (o que não significa dizer que esses livros foram lidos), a mesma pesquisa aponta para uma realidade impossível de escapar mesmo ao olhar mais desatento: apenas 16% da população do universo pesquisado possuem 73% dos livros. Afinal, no Brasil, a distribuição social de bens materiais e imateriais é profundamente desigual e não seria diferente no caso específico dos livros. Por outro lado, apesar de quase a totalidade realçar a importância da leitura, 69% dos entrevistados informaram que teriam formas mais modernas de se atualizarem, destacando a televisão (aberta e por assinatura) e a internet.

Tal quadro parece generalizar uma certeza. Gestores públicos, legisladores, educadores, autores, editores, livreiros e o círculo limitado de leitores têm sido quase que unânimes: o brasileiro lê pouco. Além disso, todos parecem estar preocupados com números que se repetem nestes 200 anos, apontando sempre as mesmas questões: escassez de recursos e equívocos na condução da educação pública; baixo poder aquisitivo da população, agravada por uma injusta distribuição de renda; falta de investimentos em bibliotecas e outras iniciativas de incentivo ao livro e a leitura; competição de outros meios e linguagens etc.

Desde as primeiras caravelas, testemunhos dos mais diversos dizem da leitura rarefeita no Brasil. O jesuíta Manuel da Nóbrega, em 1549, já reclamava da ausência de livros úteis para os trabalhos de ensino das primeiras letras aos nativos submetidos à catequese³¹⁸. Este estado de penúria pôde, ainda, ser registrado por inúmeros viajantes que aportaram na costa da América Portuguesa, contribuindo para reforçar a imagem de um território no qual mesmo os descendentes europeus haviam abandonado a escrita e a erudição e se deixado seduzir, tão somente, pela música, pela dança e pelas imagens³¹⁹. Durante muito tempo, tais percepções reforçaram a idéia de que a ausência ou escassez de leitores era um mal atávico. O Brasil seria habitado por uma multidão de não-leitores. O povo brasileiro seria descendente de homens que, se de origem

³¹⁸Ver p. 57 e 58.

³¹⁹Ver pp. 39-41, 48 e 49.

européia, eram brutos e degenerados; se nativos da terra, seriam selvagens e incapazes de se adaptarem à civilização letrada; quando negros, seriam bárbaros desprovidos de alma, servindo, apenas, às atividades braçais. Mesmo sobrevivendo num solo fértil, o homem do povo só saberia “atear fogo ao mato”.

Isso não impediu, no entanto, que depois de 1822, os indivíduos letrados, muitos retornados de Coimbra, reclamassem, para si, a responsabilidade de definir os rumos de um país que não pretendiam permanecesse submisso. Em 1823 (11 de outubro), reagindo às provocações das cortes portuguesas que diziam de um Brasil de homens incultos e iletrados, o jornal *Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande* fazia publicar:

Dizem que não há homens habilitados! É certo que não andam parados pelas esquinas Metternichs, Pitts, Castlereaghs, e Franklins. Mas lembre-se o governo do que eram estes estadistas, antes de adquirir nomeada. Um deles era simples livreiro e o outro, um debochado, preso por dívidas. Sem fazer injustiça a muitos outros brasileiros, não se pode lançar mão de um Borges de Barros, um Xavier de Araújo, um Moutinho, um Laje, um Hipólito, um May, um Biancardi, um Vilela, etc., etc., etc.? Enfim, Sr. redator, não se diga que faltam homens, diga-se antes, que nem é para todos, nem todos para tudo, e que, para os bons entendedores, poucas palavras bastam ³²⁰.

A jovem nação brasileira teria um encontro marcado com um futuro promissor, sendo necessário, para isso, reafirmar sua soberania, e uma escrita nacional. Em sentido contrário, pouco ou quase nada seria feito para mudar o quadro de analfabetismo. A Constituição de 1824, em seu artigo 179, alínea XXXII, já garantia “instrução primária, e gratuita a todos os Cidadãos” O que podia até ser intenção se tornou apenas letra morta. Quase cem anos depois, os números do censo de 1920 informavam que, no Brasil, dos 30 milhões de habitantes, apenas 24% sabiam ler e escrever.

À parte isso, continuava-se a pregar uma crença difusa: a escrita e o leitor eram instrumentos privilegiados para circulação da cultura e da afirmação da Razão, das Luzes, do desenvolvimento e do progresso. Em 1859, Machado de Assis, em artigo publicado no *Correio Mercantil*, nos dias 10 e 12 de janeiro, indagava se o jornal – veículo que, então, no Brasil, adquiria popularidade – suplantaria o livro: “O jornal matará o livro? O livro absorverá o jornal?” Em

³²⁰ Apud: LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas da independência (1821 – 1823)*. São Paulo, Cia das Letras, 2000, p.41 e 42.

1872, Luis Guimarães Junior – um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a Cadeira número 31 – já observava que a leitura atenta e dedicada contrastava com a dinâmica do mundo dos negócios. Mesmo aquela mais voltada para a distração – acrescentava o autor – esbarrava com os afazeres da vida moderna:

(...) na sociedade ativa, industriosa, revolucionária do tempo presente, uma tal ou qual tendência para esses escritos rápidos, que se devoram entre uma fumaça e um gole de chá, sem que o leitor perca a hora das suas transações na praça e a leitora as recatadas crenças que pernoitam à sua cabeceira”³²¹.

Machado de Assis, em 1880, por sua vez, fez imprimir as opiniões de seu defunto Brás Cubas:

Às vezes, esqueço-me a escrever, e a pena vai comendo papel, com grave prejuízo meu, que sou autor. Capítulos compridos quadram melhor a leitores pesadões; e nós não somos um público in-fólio, mas in-12, pouco texto, larga margem, tipo elegante, corte dourado e vinhetas ... Principalmente vinhetas ... Não, não alonguemos o capítulo³²².

No mesmo romance, mais adiante, o narrador diz estar arrependido de ter começado a escrever as suas *Memórias* e culpava ao leitor por isso:

(...) o maior defeito deste livro és tu, leitor. Tu tens pressa de envelhecer, e o livro anda devagar; tu amas a narração direta e nutrida, o estilo regular e fluente, e este livro e o meu estilo são como os ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam .o céu, escorregam e caem.³²³

Parecia haver, naquele momento, uma percepção de que, no Brasil da segunda metade do século XIX, já não haveria ambiente propício para a leitura tradicional. Ainda que fossem, cinco, dez ou um pouco mais, os leitores, fossem “graves” ou “frívolos”, populares ou eruditos, buscassem um passatempo ou os apostolados, estavam em processo de mutação e os textos precisavam se adaptar

³²¹ Apud: MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001.

³²² ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 4ª. Edição, S/D, p. 76.

³²³ Idem, p. 195.

àquela nova realidade. Isso podia significar a promoção de um novo estilo de escrita, menos rebuscada, menos retórica, passando a exigir menor esforço do leitor. Além disso, a própria materialidade do texto deveria incluir recursos técnicos que facilitassem a leitura. O formato dos livros, o corpo dos tipos e as ilustrações deveriam estar a serviço de uma leitura mais rápida e até superficial. O leitor não mais se debruçava sobre um pequeno acervo de textos guardados em *in-folios* manuscritos ou impressos, lendo-os e relendo-os exaustivamente, memorizando-os, extraindo suas minúcias e anotando suas impressões e reparos.

Os editores, seguindo o exemplo da *Livraria do Povo* de Pedro Quaresma, não tardaram em perceber tais mudanças nas práticas de leitura e colocavam à disposição dos leitores uma infinidade de textos espalhados entre jardins repletos de páginas e páginas de livros, jornais e revistas. Tal um beija-flor, esse leitor moderno, esse leitor extensivo, saltitava entre um texto e outro, uma passagem e outra, um suporte e outro. Cada vez mais, a objetividade dos conteúdos se tornava mais atraente do que as filigranas lingüísticas, as descrições exaustivas, as esgrimas elegantes da linguagem. Cada vez mais, esse leitor se transferia do *scriptorium* para a sala de estar, do gabinete para o quarto de dormir, da Biblioteca do Rei para as bibliotecas públicas e também para os locais de trabalho, os bancos de praça dos cafés, dos bondes e das estações de trem. A leitura tornava-se um ato público.

Para estes leitores, o livro deveria ser algo que tivesse mobilidade e os formatos menores, mais leves, mais portáteis e até mesmo mais efêmeros (como os jornais diários e as edições baratas) seriam bem mais propícios do que aqueles destinados aos templos. A rigidez da escrita, antes cunhada em pedra, cada vez mais, adquiria a flexibilidade do papel e a *portatibilidade* possível de ser carregada no bolso ou sob as axilas.

Olavo Bilac, em 1903, inaugurando a *Revista Kosmos*, teria sido ainda mais radical e supunha que em função dos avanços tecnológicos, em breve, o leitor seria algo raro, uma vez que a escrita seria substituída pela recepção auditiva e visual³²⁴. Ele dizia de uma “engenhoca” que combinava o fonógrafo com o cinematógrafo e concluía que o jornal futuro seria uma “aplicação desta

³²⁴Ver p. 100.

descoberta”. A expansão do cinema e da radiodifusão, por sua vez, podia fazer crer que a escrita estava em declínio.

Há 6.000 anos, a escrita tornara os discursos móveis no tempo e no espaço e libertara o discurso do controle de um pai. A partir de Gutenberg, com a rápida multiplicação da escrita impressa, a oralidade teria assumido um lugar secundário na ágora moderna. Para Bilac, no entanto, em 1903, uma “engenhoca” permitiria uma imensa mobilidade para a voz e as imagens. Um monumento poderia viajar de uma praça européia e ser admirada por um receptor do outro lado do Atlântico e a voz de um orador escapava de seu recinto teatral e se fazia ouvir por uma multidão espalhada pelo planeta. De fato, com o cinema (e, depois, a televisão e os meios eletrônicos) a tarefa de construção da “família universal” que Machado de Assis atribuíra ao jornal³²⁵ estaria se transferindo para os meios audiovisuais.

O fim dos livros e mesmo a morte do leitor têm sido anunciados de forma recorrente, contrastando com as louvações do passado e daqueles que, hoje, dão vivas à leitura, vivas ao livro e clamam por leitores. Em 1344, o bispo Richard de Bury, chanceler do rei Eduardo II da Inglaterra, escrevera um livro que pode ser considerado o primeiro tratado de bibliofilia. *Philobiblion*³²⁶ reúne um conjunto de artigos onde o livro é visto como criação divina. Anota Jacques Derrida que toda a história do livro parece conduzir para uma dessacralização da escrita e da democratização da partilha dos discursos. Por outro lado, cada uma das etapas transcorridas pelos diversos suportes da escrita – das tabuletas de barro ao códice e deste ao livro impresso parece também estar carregada por um revestimento sacro, ao enaltecer o livro e a escrita como instrumentos de difusão das Luzes e da Razão³²⁷.

Walter Benjamin, percebendo as transformações que ocorriam, também parecia não possuir muitas expectativas quanto ao futuro do livro. Em 1928, diante das mudanças na cultura e do lugar do livro, em decorrência das novas tecnologias e das transformações na vida econômica, afirmou:

³²⁵Ver p. 70.

³²⁶BURY, Richard. *Philobiblion*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2004.

³²⁷DERRIDA, Jacques. “O livro por vir”. In: *Papel Máquina*. São Paulo, Estação Liberdade, 2004.

Nosso tempo, assim como está em *contrapposto* com o Renascimento pura e simplesmente, está particularmente em oposição à situação em que foi inventada a arte da imprensa. Com efeito, quer seja um acaso ou não, seu aparecimento na Alemanha cai no tempo em que o livro, no sentido eminente da palavra, o Livros dos Livros, tornou-se, através da tradução da *Bíblia* por Lutero, um bem popular. Agora tudo indica que o livro, nessa forma tradicional, vai ao encontro do seu fim³²⁸.

Mais adiante, no mesmo texto, Benjamin resume uma trajetória que, ao encontrar seu ponto de maior expressão, encontra, também, uma rota que parece apontar para um fim, glorioso, porém causador de melancolia, entre aqueles que fizeram do livro uma fonte de conhecimento e prazer:

A escrita, que no livro impresso havia encontrado um asilo onde levava sua existência autônoma, é inexoravelmente arrastada para as ruas pelos reclames e submetida às brutais heteronomias do caos econômico. *Essa é a rigorosa escola de sua nova forma*. Se há séculos ela havia gradualmente começado a deitar-se, da inscrição ereta tornou-se manuscrito repousando oblíquo sobre escrivatinhas, para afinal acamar-se na impressão, ela começa agora, com a mesma lentidão, a erguer-se novamente do chão. Já o jornal é lido mais a prumo que na horizontal, filme e reclames forçam a escrita a submeter-se de todo à ditatorial verticalidade. E, antes que um contemporâneo chegue a abrir um livro, caiu sobre seus olhos um tão denso turbilhão de letras cambiantes, coloridas, conflitantes, que as chances de sua penetração na arcaica quietude do livro se tornaram mínimas. Nuvens de gafanhotos de escritura, que hoje obscurecem o céu do pretense espírito para os habitantes das grandes cidades, se tornarão mais densas a cada ano seguinte³²⁹.

De fato, o céu parece estar, hoje, encoberto por “imensas nuvens de gafanhotos”. Todos os dias, sons e imagens dizem de amenidades e relevâncias, de guerras distantes e quotidianas, de celebridades e anonimatos. Da mesma forma, o leitor parece acompanhar a derrocada do livro e dividir opiniões: Quixotes, Emas de Bovarys, Policarpos Quaresmas, de um lado; cidadãos, agentes da soberania nacional e do desenvolvimento político, econômico, social e cultural, por outro.

Ao leitor, sempre se atribuiu uma função edificante e, ao mesmo tempo, este mesmo leitor sofreu admoestações, quando ler se tornava mera possibilidade de evasão, de saciar curiosidades supérfluas, desejos de viagens por mundos imaginários, outrar-se em personagens heróicos e sublimes. Diz Derrida que

³²⁸BENJAMIN, Walter. "Guarda-livros juramentado" [19261, in: *Rua de mão única. Obras escolhidas II*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 27-28.

³²⁹Ibidem.

“nossa geração sofre ao ver o livro perder terreno para outros suportes, outros modos de leitura e de escrita”³³⁰ e que isso ocorre, em parte, por ter inevitavelmente ressacralizado tudo que se relaciona ao livro. Talvez as sucessivas censuras às práticas frívolas de leitura tenham feito o leitor migrar para o audiovisual, onde a frivolidade é quase uma condição, uma expectativa oferecida como alternativa à gravidade da escrita. Ao se combater as práticas frívolas de leitura, as práticas e preferências populares, talvez se estivesse matando o leitor ou impedindo que nascessem.

No momento em que tento concluir esta dissertação, recebo em meu correio eletrônico um documento intitulado *Manifesto do povo leitor*, que solicita minha adesão. Tal manifesto é uma iniciativa de diversas organizações associadas ao livro (editoras, escritores, universidades etc) e pretende que seja lido pelas diversas candidaturas à Presidência da República nas eleições que se aproximam. Conforme o título sugere, o documento é, no geral, uma manifestação da necessidade de “tornar o Brasil uma nação verdadeiramente de cidadãos leitores” e, para isso, afirma que “a leitura precisa e deve ser tratada como uma prioridade nacional”, pleiteando uma política de Estado a favor do livro:

Programas e projetos de acesso ao livro e às outras formas de leitura, de formação de agentes multiplicadores (como os educadores, os bibliotecários e os voluntários), de valorização do ato de ler no imaginário coletivo, e, ainda, de fortalecimento da economia do livro devem ser convertidos em política de estado – acima dos governos e das pessoas.

O documento remete ainda para dois aspectos que pude perceber estiveram sempre destacados em alguns momentos em que, no Brasil, o leitor esteve no centro dos debates – diz o documento:

A Educação e a Cultura são áreas estratégicas dentro do projeto do desenvolvimento nacional e da cidadania. A escrita e a leitura constituem não só o mais forte amálgama entre elas como o caminho indispensável para a formação do cidadão crítico, emancipado, inserido em seu meio e capaz de modificá-lo.

³³⁰DERRIDA, opus cit.

Em 1971, um outro documento veio à luz, em 22 de outubro, a *Carta do Livro*³³¹, redigida e publicada pela UNESCO. Entre outras manifestações de valorização do livro, diz a *Carta* que “a sociedade deve agir a fim de que todos possam usufruir dos benefícios da leitura” e segue um decálogo que inclui itens como “Os livros são indispensáveis à educação”; “uma robusta indústria nacional de edição é indispensável ao desenvolvimento nacional”; “a livre circulação dos livros entre países constitui um complemento indispensável a compreensão internacional”. Por sua vez, no Brasil, em outubro de 2003, o então presidente da República Luis Inácio Lula da Silva sancionou a chamada Lei do Livro (LEI Nº. 10.753) de autoria do Senador José Sarney. Diz o artigo primeiro:

- I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;
- II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;
- III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;
- IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros tanto de obras científicas como culturais;
- V - promover e incentivar o hábito da leitura;
- VI - propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;
- VII - competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;
- VIII - apoiar a livre circulação do livro no País;
- IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e para promover a justa distribuição do saber e da renda;
- X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda do livro;
- XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;
- XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

A *Lei do Livro*, o *VivaLeitura*, o manifesto que tenho em mãos parecem indicar que, no Brasil, o poder público, assim como os agentes da cadeia produtiva do livro, educadores, grupos organizados e indivíduos ainda apostam no livro como instrumento da cidadania e do desenvolvimento econômico, político, social e cultural, ainda que, para isso, tenham que apostar, também, nas leis e nos decretos. Por outro lado, a *Carta da Unesco* e a decisão da OIE sugerem que o fenômeno não é só brasileiro. O livro da “era eletrônica” talvez tenha revisto suas

³³¹UNESCO, *Carta do Livro*. São Paulo, Ateliê Editorial, s/d.

estratégias de circulação e sua materialidade. A internet, por exemplo, possibilita canais de distribuição que independem da existência física de livrarias. Além disso, o texto pode circular na rede e, depois, adquirir forma física, incluindo a organização da página, tipologia, encadernação etc. Bibliotecas inteiras podem ser armazenadas em computadores e estarem à disposição, gratuitamente ou não, dos navegantes da grande rede. O chamado livro eletrônico carece ainda de aprimoramentos tecnológicos que o torne mais acessível e confortável aos usuários, mas um único CD pode conter enciclopédias e dicionários inteiros (e toda sorte de textos) que antes ocupavam prateleiras e mais prateleiras, permitindo consultas rápidas e intercaladas com imagens e sons. O livro moderno, herdeiro do códice, parece a muitos uma invenção semelhante à roda, isto é, depois de inventado não carece de maiores transformações. Argumentam seus entusiastas que um livro não “enguiça” e nem necessita estar ligado a fios e à energia elétrica ou qualquer outra, dispensa grandes investimentos para ser produzido e, por isso, não precisa ser feito em grandes tiragens ou alcançar um grande número de consumidores. Em oposição a estes, há os que ressaltam que os livros ocupam grandes espaços, utilizam matéria prima (papel) que saqueia florestas inteiras e, pior que isso, ao longo da história, foram destruídas bibliotecas inteiras – dizem os menos eufóricos.

Por outro lado, assistindo televisão, uma propaganda me chamou atenção: uma artista plástica, um músico e um cineasta dizem das vantagens que o uso da internet em banda larga traz para o exercício de suas profissões. A seguir, um jovem diz ser um vagabundo e que, por divertimento, com os mesmos recursos, consegue fazer tudo que aqueles profissionais executam e ainda participa de jogos eletrônicos *on-line*. Talvez ao usuário da internet seja permitida a vagabundagem, enquanto do leitor de livros se espera que fortaleça a cidadania, garanta a soberania da nação e impulsione o progresso.

Regis Debray diz que estaria havendo uma transposição das atribuições antes conferidas ao livro para os meios eletrônicos:

(...) o mito do livro como templo de Deus e emancipador do gênero humano não resistiu à marginalização do livro impresso pelos novos suportes. E o velho investimento mítico transferiu-se para o microcomputador, que vai salvar o

mundo, promover a democracia direta e garantir a “cosmopedia” universal (ou a educação permanente do gênero humano)³³².

A vagabundagem internaútica talvez esteja com seus dias contados, pelo menos é o que parecem desejar os mesmos que, antes, censuravam a leitura frívola, desinteressada, voltada para o prazer e a evasão. O bispo Richard de Bury, em 1344, dizia “dos bens cuja fonte são os livros e da ingratidão que lhes professam os maus clérigos”. Mais recentemente, o governo Bush, depois do ataque ao World Trade Center, decretou que fossem vasculhadas as fichas das bibliotecas. Pretendia, com isso, identificar prováveis terroristas a partir de leituras suspeitas. Da mesma forma, especialistas de plantão vigiam os conteúdos que circulam na grande rede eletrônica. Canais de relacionamento, correios eletrônicos, *Blogs* e outras páginas pessoais são vasculhadas em busca de desvios e abusos. Os inquisidores e suas guerras santas não sucumbiram à modernidade. Mais que isso, permanece a certeza de que há livros que não devem ser lidos, que há conteúdos que não devem se tornar públicos. Ou, mais especificamente, haveria documentos, livros, textos audiovisuais ou escritos que, embora produzidos para serem publicados, só poderiam circular entre grupos restritos. Mas quem processaria esta classificação? A quem deve caber a prerrogativa, responsabilidade ou missão de tutelar os indivíduos, os receptores, os cidadãos? O que são livros que podem promover o terrorismo? E o contrário disso: o que faria com que um livro fosse fonte do bem, como supunha o bispo medieval ou meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, como pretende a *Lei do Livro*?

Cabe indagar, ainda, se diante da profusão de textos impressos ou eletrônicos, escritos e audiovisuais, o indivíduo pode efetuar sua própria seleção de conteúdos e suportes, burlando regras, censuras e vigilâncias. Penso não ser possível confundir liberdade de escolha com multiplicidade de ofertas ou “nuvem de gafanhotos”, mas é certo que também não é possível prever todos os sentidos e usos que os indivíduos fazem dos bens culturais e, tão pouco, as estratégias de aquisição destes bens. Talvez decorra daí a constante preocupação com os leitores que se forjam alheios de um acompanhamento sistemático de algum preceptor autorizado. Multiplicam-se, assim, as listas de títulos renegados ou canônicos,

³³²DEBRAY, Régis. Manifestos midiológicos. Petrópolis/RJ, Vozes, 1995, p.44.

fazendo supor a máxima que José Veríssimo, em 1904, prescrevia: “diz-me o que lês, dir-te-hei quem és”³³³. Caberia indagar, no entanto, até que ponto meios de comunicação são capazes de definir um modelo de recepção, seja um leitor a serviço da cidadania e do progresso ou um internauta dedicado à vagabundagem.

Talvez, a despeito de sua forte presença no cotidiano dos indivíduos, os meios de comunicação não sejam tudo, como não o seriam também os seus conteúdos. Além deles existiriam os limites impostos pela própria dinâmica social e esta se insere na história. O desenvolvimento de uma cidadania plena e das relações políticas e econômicas pode esbarrar, também, em certas condições objetivas que se encontram num determinado tempo e espaço. *A Lei do Livro* pode ser um rol de boas intenções, mas isso não é o bastante. Os indivíduos não são necessariamente prisioneiros de um único sentido. Pode-se acreditar que o indivíduo – leitor, internauta, telespectador ou cidadão – é livre para processar escolhas, usos, razões e sentidos. Liberdade, no entanto, não é algo tão fácil de ser definido. Mais difícil ainda é o seu exercício, principalmente quando se tem o capital material e simbólico depreciados. No Brasil, certo ideal de cidadania, de desenvolvimento social, político, econômico e cultural pode não ter se realizado em conseqüência da persistente escassez de leitores. Penso ser necessário, no entanto, considerar se este ideal não foi obstaculizado, sobretudo, por uma ideologia que se reforça e se ancora no apartamento das maiorias.

Antônio Cândido chama atenção de que, na América Latina, as “grandes massas” estão, ainda, mergulhadas “numa etapa folclórica de comunicação oral” e, mesmo quando alfabetizadas, “passam para o domínio do rádio, da televisão, da história em quadrinhos constituindo a base de uma cultura de massa”³³⁴. O mesmo autor argumenta que, em nosso tempo (o texto é de 1973), haveria “uma catequese às avessas”, utilizando “recursos comunicativos que vão até a inculcação subliminar, impondo valores duvidosos e bem diferentes dos que o homem culto busca na arte e na literatura”. Para Cândido, a “cultura de massa” e os seus instrumentos de difusão (rádio, televisão, história em quadrinhos e, atualmente, internet) seriam extremamente desvantajosos para os países latino-americanos, uma vez que os países desenvolvidos “podem não apenas difundir

³³³Ver p. 101.

³³⁴CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento” IN: *América Latina em sua literatura*. São Paulo Perspectiva, 1979, p. 347.

normalmente os seus valores, mas atuar anormalmente através deles para orientar a opinião e a sensibilidade das populações subdesenvolvidas no sentido dos seus interesses políticos”.³³⁵

A mesma preocupação de Cândido já atormentava Machado de Assis e alguns de seus contemporâneos. Era o tempo da proliferação dos folhetins, e de livros baratos sobre os mais diversos temas. A escrita tentava seduzir um público distante das rodas literárias e eruditas. Sempre houve, no entanto, aqueles que acham que tais preocupações são desnecessárias ou, no mínimo, exageradas. Uns julgam ser inútil limitar a circulação dos textos, mesmo aqueles considerados de valor duvidoso. Mesmo guarnecidas todas as fronteiras, – aconselhava Diderot ao censor – seria inútil rechaçar todos os livros perigosos: “eles passaram (os livros) por entre suas pernas ou por sobre as suas cabeças”³³⁶. Há, ainda, os que apostam na incapacidade do público de distinguir os verdadeiros valores: “Já que o público é besta, toca explorar o público” – teria dito Monteiro Lobato. Outros, preferem investir na experiência do público, apostando na formação de receptores críticos para todos os textos, inclusive aqueles identificados como “cultura de massa”, “comerciais” ou “industrializados”.

Num texto mais recente (1991) e republicado em 2004, Silvano Santiago prefere se colocar numa posição menos “apocalíptica” que a de Candido e percebe vantagens na cultura de massa: “um homem de boa vontade hoje, um cidadão, mesmo analfabeto, tem uma quantidade de informação que ultrapassa, e muito, a informação que tinha um homem de boa vontade, um cidadão, mesmo alfabetizado, há meio século”³³⁷. Justificando sua posição, Silvano argumenta que, com o aparecimento do cinema e, em especial, do cinema documentário e, depois, com a televisão maciçamente presente nos lares alfabetizados ou não, a escrita impressa, o livro e o jornal diário, deixou de ser a única fonte de informação. Silvano coloca, então, em outros termos a questão:

O grave problema é o de saber como transformar a quantidade de informação em conhecimento, como conduzir um cidadão a incorporá-la qualitativamente para que dela possa se valer na sua compreensão da sociedade e do mundo em que

³³⁵Ibidem.

³³⁶DIDEROT, Denis. Carta sobre o comércio do livro. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002, p. 117.

³³⁷SANTIAGO, Silvano. “Intensidades discursivas”. In: *O Cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte / MG, UFMG, 2004, p.129.

vive. Já sabemos que, nos países periféricos, não será pela simples e espinhosa alfabetização fonética.³³⁸

As argumentações de ambos os mestres, apesar de se situarem em campos antagônicos em relação à cultura de massa ou aos meios que lhe servem de suporte (televisão, mais especificamente), parecem coincidentes em um aspecto. Antônio Candido teria advertido (p.348) que não se trata de um embate entre “apocalípticos” e “integrados”, mas, sim, de lembrar que não seria interessante superar uma fase de “segregação aristocrática” e ingressar num “processo de manipulação, através da propaganda e do imperialismo”. Silviano Santiago diz da necessidade de, numa cultura de massas dominada pelas imagens, “buscar caminhos e meios para tornar o indivíduo um leitor mais consciente do seu universo cultural” (p. 132). Estão ambos de acordo, portanto, quanto ao desejo de formar cidadãos livres da manipulação e capazes de compreender a sociedade e o mundo em que vivem. As opiniões parecem se distanciar, no entanto, quanto aos instrumentos privilegiados de formação deste ideal de cidadania.

Antônio Candido lamenta que, nos países periféricos, a escrita impressa seja acessível apenas às minorias. Ao indivíduo pouco habilitado ou indisposto com a leitura resta buscar suas necessidades de ficção e poesia (eu acrescentaria informação e lazer) nos meios audiovisuais. Silviano, por sua vez, prefere renunciar à “espinhosa alfabetização fonética” e aposta numa educação que torne os receptores dos conteúdos audiovisuais mais aptos e críticos.

Penso que delegar a escrita canônica como única possibilidade de se alcançar um ideal de cidadania pode significar ter de abrir mão de outras estratégias que os indivíduos e grupos operam para a transformação da realidade. Seria por demais arrogante supor que a consciência e conhecimento da realidade supõe a leitura de obras canônicas ou mesmo a assiduidade de leitura. Por outro lado, negar o poder dos meios de comunicação de massa e seus conteúdos seria, no mínimo, ingenuidade. É claro que a sedução e os deslubrimentos provocados pelas tecnologias inovadoras sempre tenderam a se amainarem, logo que um grande número diversificado de indivíduos passam a ter controle sobre elas. Foi assim com a escrita, com a imprensa de Gutenberg, com o cinema e com o rádio. Foi também com o fogo, com o trem, o avião etc. Mas, enquanto isso, muitas

³³⁸Ibidem.

confusões não puderam ser evitadas. Não é possível negar o impacto provocado pela pólvora e outras novidades sobre os habitantes do novo continente americano, no século XVI. Também não se pode fechar os olhos para a instrumentalização do rádio e do cinema pelos ideólogos do nazi-facismo.

Na Europa do século VI, o papa Gregório, O Grande, também não tinha fé na alfabetização do povo empobrecido, como instrumento de propagar a palavra de sua igreja. Defendendo o uso das imagens nos templos, teria argumentado contra os iconoclastas:

Uma coisa é adorar imagens, outra é aprender em profundidade, por meio de imagens, uma história venerável. Pois, o que a escrita torna presente para o leitor, as imagens tornam presente para o analfabeto, para aqueles que só percebem visualmente, porque nas imagens os ignorantes vêem a história que têm de seguir, e aqueles que não sabem as letras descobrem que podem, de certo modo, ler. Portanto, especialmente para a gente comum, as imagens são equivalentes à leitura.³³⁹

Séculos depois, Lutero teria pensado diferente e promoveu, além da tradução da bíblia para as línguas vernáculas, uma onda de alfabetização, multiplicando os leitores e, por conseguinte, os seguidores da sua fé. De qualquer forma, hoje, o mundo inaugurado pela prensa de Gutenberg, uma grafosfera, parece estar, de fato, cedendo lugar a outras formas de circulação do discurso. As cidades estão cada vez mais encobertas por imagens e sons que se multiplicam rapidamente. A “era do audiovisual” tem alterado paradigmas: a simulação talvez esteja se sobrepondo à representação. O performático se pretende mais que o real, que a realidade e que os fatos. A informação estaria sendo mais valorizada do que o conhecimento. A técnica insiste em querer explicar mais sobre os homens do que a história. O ambiente empresarial adquire maior prestígio que a universidade e a academia. O pragmatismo, a objetividade, a aplicação e o utilitarismo parecem mais caros aos homens do que o ensaio, a especulação.

Tudo leva a crer que a leitura como deleite se tornou obsoleta e mesmo aquela voltada para a busca do conhecimento e do aperfeiçoamento talvez encontre melhor abrigo nos manuais e compêndios disponíveis nos meios eletrônicos. Atualmente, os empresários da imprensa debatem estratégias das mais

³³⁹Apud: MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo, Cia das Letras, 1997, p. 117.

diversas para ter de volta os leitores. Capricham-se as encadernações, as ilustrações e todos os aspectos visuais dos livros, jornais e revistas. Os *best-sellers* são garimpados e disputados por todo o mundo. Cobram-se de governos isenções e outros incentivos³⁴⁰ que baixem o preço dos livros para o consumidor. Grandes redes de livrarias oferecem, além de livros, lanchonetes, espetáculos e outras formas de atrair clientes.

Por outro lado, multiplicam-se as fotocópias de textos e mais textos. Cópias (muitas vezes, não autorizadas por seus autores e editores) amputam trechos de livros, fragmentam capítulos, formam antologias a partir de critérios arquitetados por seus leitores. De certa forma, o leitor assume, cada vez mais, um lugar de editor. Tais hábitos parecem indicar transformações nas formas de ler. Fenômeno semelhante já teria ocorrido quando os códices substituíram os rolos de papiro e, depois, quando do aparecimento do livro impresso. Hoje, o leitor parece estar incorporando a sua leitura práticas assimiladas de outros suportes. O telespectador tem à mão o controle remoto que permite saltar de um canal a outro, de um programa a outro, com rapidez. Com um simples clique, em frações de segundos, o internauta salta de uma página à outra, mescla temas dos mais variados, recorta e cola pedaços de conteúdos digitais e os associa a trechos de livros físicos, criando o seu próprio texto. O leitor de livros parece estar customizando, editando a seu gosto e interesses, não só sua biblioteca pessoal, mas cada um de seus exemplares. Neste sentido, talvez, o livro tenha deixado de ser “o meio principal e insubstituível da difusão da cultura” – como ainda supõe a *Lei do Livro* e outros muitos outros de seus entusiastas.

Martin-Barbero percebe que, na América Latina, grande parte da população está se inserindo na modernidade, a despeito da escrita, do livro e da leitura. Um imenso contingente populacional não constitui um público leitor, no entanto, está se integrando, de alguma forma, num sentido de cidadania e de desenvolvimento:

³⁴⁰No Brasil, recentemente, deu novas isenções fiscais ao livro, o que representou uma economia para os editores de 9,25% nos custos de produção.

Enquanto nós estamos pensando na modernidade ligada à ilustração, ao livro, como o grande meio ilustrado, nossas maiorias não apenas estão sendo incorporadas à modernidade, estão apropriando-se da modernidade. Posso explicar o que chamo de apropriar-se da modernidade, pelas maiorias nacionais, sem passar pelo livro, porque a imensa maioria nunca aprende a ler ou lê muito pouco. Estão incorporando-se à modernidade sem deixar a cultura oral.³⁴¹

O Brasil, no curso das transformações ocorridas nos últimos 50 anos viu crescer consideravelmente a sua população, hoje concentrada em grandes centros. Não resta dúvida, também, que se ampliou o alcance da escolarização básica e o número de matrículas e diplomados do ensino superior (inclusive de pós-graduação). Além disso, o país acelerou seu processo de industrialização, mecanizando e implantando técnicas sofisticadas na agricultura (o *agro-negócio*). Com tudo isso, numa parcela considerável da população, aumentou a oferta de bens e serviços, o que foi acompanhado pelo crescimento do comércio e das aplicações financeiras, nas transações internas e externas. Por outro lado, se os índices de leitura permanecem longe do desejado, houve aumento exponencial da quantidade de lares dotados de pelo menos um aparelho de televisão e rádio, além de telefone (fixo e móvel). De forma menos expressiva, mas também significativa, aumentou, também, o número usuários de computador com acesso a internet.

McLuhan jamais profetizou o "fim do livro", mas apostava que os meios elétricos de transmissão de informação estariam alterando a cultura tipográfica, da mesma forma que a imprensa modificara o manuscrito medieval e a cultura escolástica. Neste sentido, o livro não desapareceria, apenas, estaria perdendo o monopólio e, nesse processo, adquiriria novos papéis. Hoje, no Brasil e em todo mundo, se escreve e se publica milhões e milhões de livros³⁴², muito mais do que se poderia supor quando, em 1964, McLuhan escreveu *Os meios de comunicação como extensões do homem*³⁴³. A questão, no entanto, é saber se os livros estão sendo lidos em proporções semelhantes. Em outros termos: será que aqueles que escrevem são também leitores? E além disso: será que os leitores de hoje – não

³⁴¹MARTIN-BARBERO, Jesús. "América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção". In: SOUZA, Mauro Wilton (org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo, Brasiliense, 2002, p. 50.

³⁴²No Brasil, em 2003 foram produzidos 35.590 títulos (novos e re-edições) e 299.400.00 exemplares. Em 2004, foram 34.858 títulos (novos e re-edições) e 320.094.027 exemplares. Fonte: Fipe/SNEL/CBL. *Relatório de produção do setor editorial brasileiro*, 2004.

³⁴³MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix

importa se os habituais ou eventuais – lêem da mesma forma que liam os leitores de antes dos meios eletrônicos, do cinema e do rádio?

McLuhan chamava a atenção para a necessidade de estudar as novas tecnologias elétricas de comunicação, o telégrafo, o telefone e o fonógrafo, do século XIX, e a radiofonia, a televisão e o computador, nascidos no século XX, que estavam criando um novo ambiente cultural no Ocidente, pondo um fim à hegemonia da “Galáxia de Gutenberg”. A cultura estaria abandonando um grafocentrismo que, durante cerca de cinco séculos, deu contornos aos indivíduos, à sociedade, à ciência e à arte e, finalmente, às nações, configurando um ideal de cidadania. McLuhan dizia que estaríamos vivendo em uma “Aldeia Global”, Benjamim dizia de “nuvens de gafanhoto”, Debray de uma videosfera. Ao livro, talvez não seja o suficiente leis e decretos e pensar o leitor, num momento em que a escrita impressa estaria cedendo lugar para outras formas de partilha dos discursos talvez signifique ter de pensar na possibilidade dos indivíduos, da sociedade, da arte e da ciência e da idéia de cidadania estarem assumindo uma nova configuração.

Por sua vez, o poeta e ensaísta mexicano Gabriel Zaid, depois de enumerar as diversas vantagens do livro sobre outros suportes³⁴⁴, escrevendo em 2003, percebe uma contradição entre o número de leitores e de escritores, pois, “enquanto a população com educação universitária aumenta, não aumenta o número dos que lêem, mas o número dos que querem ser lidos”. Zaid conclui adiante: “Se todos os que desejam ser lidos na verdade lessem, haveria uma explosão sem precedentes, já que nunca tantos milhões de pessoas sonharam ser publicados”. Se assim for, também neste quesito o livro estaria se tornando uma tecnologia obsoleta, uma vez que a internet se apresenta como um meio, mais do que alternativo, mais eficiente para fazer circular “a pilha de ilusões”³⁴⁵ que abarrotava a mesa dos editores e que, jamais, serão publicados em livros. Isso não significa que todo este material escrito, estando no mundo virtual, será lido, mas, ao comporem o acervo da web, estes textos estarão satisfazendo, a vaidade, o

³⁴⁴ZOID, Gabriel. *Livros Demais! Sobre ler, escrever e publicar*. São Paulo, Summus, 2004, 61-67.

³⁴⁵Expressão utilizada por Miguel Conde em matéria sobre o grande número de originais enviados as editoras brasileiras. (jornal *O GLOBO*, 02/09/2006, caderno Prosa e Verso, p. 1 e 2).

desejo, ambição, necessidade ou obrigação profissional de milhões de indivíduos, escritores habituais ou eventuais.

Apesar disso, ao que tudo indica, parece não ter arrefecido o entusiasmo quanto a possibilidade de se constituir, no Brasil, um amplo público leitor, um país de leitores ou um próspero mercado para a escrita. É cedo para avaliar as consequências da *Lei do Livro* ou do *Manifesto do povo leitor*. Hoje, o já consolidado programa governamental de distribuição de livros didáticos, PNLD, atinge quase que a totalidade dos estudantes matriculados na rede pública de ensino do ciclo básico, fazendo a alegria de muitos editores e atraindo, inclusive, editoras estrangeiras. Talvez se pretenda, com isso, minimizar outras carências do sistema de ensino, como o aprimoramento da formação do quadro de professores e demais profissionais de ensino. O “livro didático” estaria, assim, de certa forma, suprimindo as deficiências de profissionais mal remunerados, pouco estimulados e, também, com restrito acesso ao livro e a outros meios de obtenção de conhecimento e informação. Às vezes, só boa vontade não basta.

Machado de Assis dizia que eram poucos os leitores – “Dez? Talvez cinco”. Graciliano Ramos dizia que havia uma gente que aprendia a ler “por aí, à toa”. Dos esforços do passado, não é possível negar: o Brasil está incluído na modernidade, apesar da persistência do latifúndio; da escolarização ineficiente; dos baixos salários ou da remuneração precária, da injusta distribuição de bens e serviços, o que inclui, em muitos casos, estar inapto para a leitura ou impedido de ter acesso ao livro. Não é possível negar que os brasileiros, leitores ou não, conseguiram se constituir num povo e que foram capazes – a despeito de fracassos, derrotas e decepções – de se imporem como cidadãos e, em certa medida e apesar das profundas desigualdades, de promoverem um desenvolvimento econômico e político. A intolerância do período 1964/82 nada mais foi do que uma reação das classes hegemônicas e conservadoras a uma cidadania que pretendeu redefinir os rumos de sua história. E foi a cidadania que derrotou, republicanamente, o autoritarismo brutal. Os resultados podem não ter sido aqueles que muitos esperavam, mas, leitores ou não, os indivíduos se impuseram como cidadãos, talvez não tão livres de manipulação; talvez não tão capazes de compreender a sociedade e o mundo em que vivem.

Por outro lado, aquele passado, marcado pela centralidade da escrita, foi também um momento em que a idéia de cidadania tinha contornos próprios. O cidadão, em certa medida, foi sucedâneo do leitor moderno e entendido, também, como pressuposto para a existência e afirmação de uma nacionalidade, razão mesmo de existência do Estado Nação. Ser cidadão era ser leitor de uma escrita nacional, de uma literatura formadora de uma identidade.

Talvez não seja bem isso que, nos últimos 50 anos, e de forma mais acelerada depois da década de 1980, se espera dos indivíduos. A própria idéia de nação parece perder força e as fontes de legitimação dos discursos se deslocam para um mercado que se pretende globalizado. Num cenário assim, mais do que cidadão, o consumidor é a razão de ser de funcionamento deste mercado que faz sucumbirem Estados e se redefinirem procedências e identidades. Estou plenamente de acordo que as maiorias estão incorporando e sendo incorporadas por esta modernidade. Penso ser preciso indagar, no entanto, sobre as condições de inclusão. Afinal, não há como se estar excluído de um sistema econômico cuja lógica é a apropriação, em maior ou menor grau, de todo trabalho humano e a transformação de todos em consumidores: uns de fato, outros, de sombras.

Há os que advogam a tese de um mercado de tudo regulador. Ao contrário, sobrevivem, ainda, os que afirmam ser este mesmo mercado desumanizador. Em contraponto a isto, há os que apostam na capacidade do leitor de produzir seus próprios sentidos, independente das coerções e manipulações contidas nos textos ou nas formas de veiculação. Esse leitor, no entanto, é preciso admitir, se situa num tempo e está sujeito a determinados limites impostos por um passado que lhe foi legado. É claro que não somos prisioneiros do tempo, de um espaço, de uma classe social ou mesmo de um corpo que nos foi imposto. Sempre, de alguma forma, é possível operar transformações, mas mesmo estas transformações não se dão meramente de acordo com desejos ou esperanças. A possibilidade de promover rupturas depende, em muito, da distribuição das forças que atuam socialmente e isso inclui conjunturas que superam fronteiras nacionais. No momento, talvez, elas não estejam muito a favor de um leitor que pratica uma leitura livre e irreverente e que lida com um universo de textos, de discursos, de “nuvens de gafanhoto” e de sombras e, ainda assim, anda e lê “por ai, à toa”.

No atual estágio do capitalismo, não há possibilidade de sobrevivência de um “Robson Crusoe”. Mesmo no sistema escravista, o escravo, o capataz e o

senhor estavam todos incluídos, absorviam e eram absorvidos por sua ética. Sabemos, porém, que a senzala e o eito são os espaços do escravo, enquanto a casa-grande é destinada ao senhor e, ao capataz estão reservadas algumas poucas regalias no salão senhorial. Sendo assim, estar incluído na modernidade ou no mercado, assim como, ser leitor, cidadão ou consumidor pode não significar muita coisa.

Ainda assim, talvez seja possível apostar na leitura e no leitor como instrumentos de construção da cidadania e de uma partilha mais democrática dos bens socialmente produzidos pelos homens. Afinal, apesar das inovações e promessas dos meios eletrônicos e das possíveis novas configurações e paradigmas que orientam o sentido dos textos, dos discursos, das “nuvens de gafanhoto”, o mundo permanece repleto de seus velhos problemas.